

IMPACTO AMBIENTAL DE UMA EMPRESA DE SANEAMENTO BÁSICO

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as preocupações com os problemas ambientais têm influenciado as relações da sociedade contemporânea, mas atualmente a temática tem ganhado maior destaque face às repercussões que sintomaticamente são provocadas pelas organizações, especialmente se tomada como referência sistêmica o modelo capitalista vigente. É fato que o processo de globalização tem imposto aos *stakeholders* uma série de comportamentos, assertividades e atitudes que decorrem do reflexo das ações corporativas que, uma vez consideradas agentes sociais, buscam na natureza os recursos necessários ao seu crescimento e ao atendimento dos interesses dos proprietários. Diante de tal constatação, é notória as consequências que os diversos e emblemáticos acidentes ambientais têm provocado às populações, destruindo a fauna e a flora, prejudicando consideráveis trechos territoriais, poluindo rios, mares e mananciais, além de acentuar a poluição atmosférica decorrente do progresso industrial, estimulado pelo permanente modelo capitalista que sugere a todos um consumismo sem precedentes.

Nesta linha, Zulauf (2020) afirmam que hoje em dia as preocupações com o meio ambiente vêm assumindo proporções cada vez maiores em decorrência dos efeitos visíveis de desequilíbrios provocados pelo homem na natureza. Por outro lado, empresas que antes eram vistas como as responsáveis pelo problema – e de fato é sobre as corporações que incide a responsabilidade pelo equacionamento dos grandes problemas ambientais – estão de alguma forma conseguindo dar respostas a muitos questionamentos da sociedade. Porém, mesmo diante do novo perfil comportamental do consumidor, que exige respeito ao meio ambiente, produção limpa, ética nos negócios e atenção redobrada e principalmente zelo com a utilização de recursos naturais, muitas empresas continuam desconsiderando estes aspectos em sua visão empresarial, acreditando possivelmente na impunidade para continuar atuando sem exprimir preocupação com a repreensão dos *stakeholders*. Diante do exposto e atenta às ações que podem ser conduzidas por uma empresa que domina o seu segmento, a principal questão abordada nesta pesquisa é o impacto ambiental da companhia estadual de saneamento básico do Piauí.

Para Barbieri (2007) entende-se por impacto ambiental qualquer mudança no ambiente natural ou social decorrente de uma atividade ou de um empreendimento proposto. Os impactos podem ser reais ou potências, gerando efeitos negativos e positivos. O saneamento, ou mais precisamente, a falta do mesmo, encontra-se entre os principais problemas ambientais que afetam o ambiente nas cidades, sendo considerado, na perspectiva de Silva Filho, Abreu e Fernandes (2008) como o mais essencial dos serviços públicos, tanto pelo absoluto condicionamento da saúde pública, como pela busca do bem-estar social, preservação ambiental e desenvolvimento econômico. Uma vez que as questões ambientais e os impactos provenientes da atividade podem provocar prejuízos à população de Floriano, a presente pesquisa se apoia nos indicadores do Instituto Ethos para avaliar se as atitudes corporativas da empresa Águas e Esgotos do Piauí S.A – AGESPISA estão sendo desenvolvidas adequadamente.

O Instituto Ethos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), que por meio dos seus Indicadores para Negócios Responsáveis e Sustentáveis – Dimensão Ambiental, tema Meio Ambiente, subtema Gestão e Monitoramento dos Impactos sobre os Serviços Ecossistêmicos e a Biodiversidade – avaliam o atendimento às recomendações socioambientais propostas. Sob esta ótica, visa o presente trabalho a identificar se a AGESPISA tem atuado sob as premissas de tais indicadores.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os dilemas ambientais da modernidade têm provocado recorrentes posicionamentos de *stakeholders* (governos, consumidores, fornecedores, ativistas, organizações, nações) com vistas de atenuar os descalabros observados no tocante à utilização, pelas organizações, dos recursos naturais, que são em grande medida a fonte permanente para a manutenção da atividade. Com a escalada social progressista e o poderio industrial, fatores que contribuem para o fortalecimento do modelo capitalista, a atenção para as questões ambientais se tornam cada vez mais evidenciadas e necessárias para a busca de um entendimento que atendam aos interesses do capital – indústrias, serviços, comércio, Governos, etc. – e aqueles pertinentes à manutenção da segurança para a sobrevivência das futuras gerações. Por estas razões, torna-se imperioso que a análise sobre as ações promovidas pelas organizações – sejam elas com fins lucrativos ou não – sejam trazidas à baila a fim de permitir que o tecido societário discuta, em bases conciliatórias, qual o destino expectado pelas atuais gerações, e em que medida as ações de hoje podem comprometer as gerações futuras.

O presente trabalho tem o propósito de desvelar se a AGESPISA, companhia que administra no Estado do Piauí (exceto Teresina) os serviços de captação, tratamento e distribuição da água, também atuando no processo de esgotamento sanitário, desenvolve medidas compatíveis com as definidas pelos indicadores do Instituto Ethos no tema Meio Ambiente, subtema Gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade, conforme pode ser constatado na Tabela 2. Neste sentido, é mister que novos paradigmas sejam definidos para promover as mudanças de mentalidade, visando à harmonização de interesses muitas vezes difusos. Assim, a definição de alguns conceitos se torna indispensável para a compreensão da questão discutida nesta pesquisa.

2.1 Impacto Ambiental

O ambiente sofre mudanças ocorridas por causas naturais ou pelas ações humanas, tais mudanças são denominadas de impacto ambiental. Para Barbieri (2007) entende-se por impacto ambiental qualquer mudança no ambiente natural ou social decorrente de uma atividade ou de um empreendimento proposto. Os impactos podem ser reais ou potenciais, gerando efeitos negativos e positivos. De acordo com a Resolução do Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA) Artigo 1º, o impacto ambiental no sentido amplo é considerado como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I – A saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II – As atividades sociais e econômicas;

III – A biota;

IV – As condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V – A qualidade dos recursos ambientais.

Para Dias (2011), a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) é considerada um instrumento de política ambiental preventivo, que pretende identificar, quantificar e minimizar as consequências negativas sobre o meio ambiente, antes que o empreendimento inicie suas atividades. No Brasil esta avaliação é uma exigência constitucional desde 1988, e foi reproduzido nas Constituições Estaduais e em muitas Leis Orgânicas Municipais. Na perspectiva de Seiffert (2014, p. 39), os problemáticos impactos ambientais podem, por sua vez:

Ser mitigados através da seleção de alternativas de intervenção consideradas efetivas e prioritárias para cada aspecto ambiental. No entanto, comparações de impactos de programas alternativos e seus custos e benefícios respectivos representam um passo necessário em direção a escolhas políticas e econômicas.

O saneamento básico por si só possui uma íntima ligação com as questões ambientais, pois suas atividades envolvem o tratamento e o reaproveitamento da água, em contrapartida o processo de tais atividades gera impactos nocivos ao meio ambiente.

2.2 O Setor de Saneamento Básico

Historicamente, o conceito de Saneamento Básico, que segundo o Ministério das Cidades (2009) restringia-se aos serviços de águas e esgotos, evoluiu para o Saneamento Básico com viés ambiental que engloba os SAA (Serviço de Abastecimento de Água), SES (Serviço de Esgotamento Sanitário), o manejo de resíduos sólidos e o manejo de águas pluviais urbanas, os quais, de forma sistêmica, devem se integrar ao ordenamento e ao uso do solo, a fim de promover crescentes níveis de salubridade ambiental e a melhoria das condições de vida urbana e rural. Com efeito, Saker (2007), considera o saneamento básico no seu sentido amplo como o serviço público que abrange além do abastecimento de água e o esgotamento sanitário, a limpeza urbana, o manejo de resíduos sólidos, a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas e, ainda, a questão cultural, ambiental, sanitária, todas ligadas à saúde pública.

Conforme a AGESPISA (2016), a prestação do serviço no estado se dá por meio do SAA (Sistema de Abastecimento de Água) e SES (Sistema de Esgotamento Sanitário). No que tange ao SAA o tratamento de água ocorre por meio da ETA (Estação de Tratamento de Água), na qual a água do rio é captada, tratada e distribuída aos usuários; e por meio dos poços tubulares em que a água subterrânea é extraída e, em seguida, tratada de forma simplificada, sendo realizado apenas desinfecção com cloro, já que essa água é limpa naturalmente. Em relação ao SES, o tratamento ocorre somente através da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), onde o esgoto é captado e processado em várias etapas, até alcançar o estado ideal para o consumo humano. Na visão de Madeira (2010), a eficiência, a qualidade e a universalidade dos serviços de saneamento básico são fundamentais para a qualidade de vida da população de qualquer país. Esse setor tem impactos diretos sobre a saúde pública, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico.

Nesse contexto, um aumento dos investimentos no setor pode ser considerado como parte de uma estratégia de amplo desenvolvimento econômico e social. No que tange a Gestão Ambiental nas Atividades de Saneamento, pode-se concluir ao baixo controle sob empresas públicas prestadoras do serviço, tornando um fator limitador da sua expansão. Conforme alertam Silva Filho, Abreu e Fernandes (2008, p. 326) “as pressões sobre as prestadoras do serviço, sendo essa parte de esfera de governo, são amenizadas por uma negociação do Estado, o que pode levar a prestadora a deixar de cumprir à risca algumas exigências legais – que seriam mais intensamente controladas nas empresas privadas”. Por este motivo, a análise sobre que impactos ambientais podem estar sendo provocados por uma empresa estatal está sintonizada com a preocupação sobre quais indicadores do Instituto Ethos estão de fato sendo atendidos e/ou aplicados pela AGESPISA.

2.3 Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis

O Instituto Ethos é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Esta pesquisa foi baseada nos Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis que têm como foco “avaliar o quanto a sustentabilidade e a responsabilidade social têm sido incorporadas nos negócios, auxiliando a definição de estratégias, políticas e processos”. (INSTITUTO ETHOS, 2014, p. 8). Segundo o Instituto Ethos (2014) a classificação dos indicadores é composta pelos indicadores, tema, subtema e, são agrupados em dimensão. As dimensões são desdobradas em temas baseados na Norma ISO 26000, que se desdobram em subtemas e, posteriormente, em indicadores, conforme pode ser verificado na Tabela 1.

Tabela 1 – Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis

DIMENSÃO	TEMA	SUBTEMA	INDICADORES
Visão e estratégia			1.Estratégias para a Sustentabilidade; 2.Proposta de Valor; 3.Modelo de Negócios.
Governança e Gestão	1.Governança Organizacional; 2.Práticas de operação e gestão;	1.1 Governança e Conduta; 1.2 Prestação de Contas. 2.1 Concorrência Leal; 2.2 Práticas Anticorrupção; 2.3 Envolvimento Político Responsável; 2.4 Sistema de Gestão.	4. Código de Conduta; 5. Governança da Organização (empresas de capital fechado); 5. Governança da Organização (empresas de capital aberto); 6. Compromissos Voluntários e Participação em Iniciativas de RSE/Sustentabilidade; 7. Engajamento das Partes Interessadas; 8. Relações com Investidores e Relatórios Financeiros; 9. Relatos de Sustentabilidade e Relatos Integrados; 10. Comunicação com Responsabilidade Social; 11. Concorrência Leal; 12. Práticas Anticorrupção; 13. Contribuições para Campanhas Eleitorais; 14. Envolvimento no Desenvolvimento de Políticas Públicas; 15. Gestão Participativa 16. Sistema de Gestão Integrado; 17. Sistema de Gestão de Fornecedores; 18. Mapeamento dos Impactos da Operação e Gestão de Riscos; 19. Gestão da RSE/Sustentabilidade.
Social	1.Direitos Humanos; 2.Práticas de Trabalho; 3.Questões relativas ao consumidor; 4.Envolvimento com uma comunidade e seu desenvolvimento.	1.1 Situações de Risco para os Direitos Humanos; 1.2 Ações Afirmativas; 2.1 Relações de Trabalho; 2.2 Desenvolvimento Humano, Benefícios e Treinamento; 2.3 Saúde e Segurança no Trabalho e Qualidade de Vida; 3.1 Respeito ao Direito do Consumidor; 3.2 Consumo Consciente; 4.1 Gestão de Impactos na Comunidade e Desenvolvimento.	20. Monitoramento de Impactos do Negócio nos Direitos Humanos; 21. Trabalho Infantil na Cadeia de Suprimentos; 22. Trabalho Forçado (ou Análogo ao Escravo) na Cadeia de Suprimentos; 23. Promoção da Diversidade e Equidade; 24. Relação com Empregados (Efetivos, Terceirizados, Temporários ou Parciais); 25. Relações com Sindicatos 26. Remuneração e Benefícios; 27. Compromisso com o Desenvolvimento Profissional; 28. Comportamento frente a Demissões e Empregabilidade; 29. Saúde e Segurança dos Empregados; 30. Condições de Trabalho, Qualidade de Vida e Jornada de Trabalho; 31. Relacionamento com o Consumidor; 32. Impacto decorrente do Uso dos Produtos ou Serviços; 33. Estratégia de Comunicação Responsável e Educação para o Consumo Consciente; 34. Gestão dos Impactos da Empresa na Comunidade 35. Compromisso com o Desenvolvimento da Comunidade e Gestão das Ações Sociais 36. Apoio ao Desenvolvimento de Fornecedores
Ambiental	Meio Ambiente	1.Mudanças Climáticas; 2. Gestão e	37. Governança das Ações Relacionadas às Mudanças Climáticas; 38. Adaptação às Mudanças Climáticas;

		Monitoramento dos Impactos sobre os Serviços Ecossistêmicos e a Biodiversidade; 3. Impactos do Consumo.	39. Sistema de Gestão Ambiental; 40. Prevenção da Poluição; 41. Uso Sustentável de Recursos: Materiais; 42. Uso Sustentável de Recursos: Água; 43. Uso Sustentável de Recursos: Energia; 44. Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração dos Habitats Naturais; 45. Educação e Conscientização Ambiental; 46. Impactos do Transporte, Logística e Distribuição; 47. Logística Reversa.
--	--	--	--

Fonte: Instituto Ethos, 2014, p. 14-15.

O foco da presente pesquisa circunscrever-se-á aos indicadores da dimensão ambiental, tema Meio Ambiente, subtema gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade, exatamente porque a atividade da empresa sob análise não apenas tem como principal fonte o recurso natural água, mas também porque em não atendendo a alguns indicadores pode a empresa provocar danos ambientais de dimensões inestimáveis. O subtema investigado possui sete indicadores, sendo eles: sistema de gestão ambiental; prevenção da poluição; uso sustentável de recursos: materiais; uso sustentável de recursos: água; uso sustentável de recursos: energia; uso sustentável da biodiversidade e restauração dos *habitats* naturais; educação e conscientização ambiental. A Tabela 2 apresenta os indicadores Ethos que foram utilizados nesta pesquisa.

Tabela 2 – Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis – Meio Ambiente

TEMA	SUBTEMA	INDICADORES	CARACTERÍSTICAS
Meio Ambiente	Gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade	Sistema de Gestão Ambiental (INDICADOR 39)	As empresas devem desenvolver e se utilizar de instrumentos capazes de executar a gestão ambiental de suas operações.
		Prevenção da Poluição (INDICADOR 40)	As empresas devem melhorar seu desempenho no que tange à prevenção e/ou mitigação da poluição atmosférica, visual, sonora, entre outras.
		Uso Sustentável de Recursos: Materiais (INDICADOR 41)	As empresas devem patrocinar e desenvolver programas de eficiência no uso de materiais, com vistas à redução dos impactos ambientais negativos que esse uso provoca.
		Uso Sustentável de Recursos: Água (INDICADOR 42)	As empresas devem patrocinar e desenvolver programas de eficiência no uso da água, com vistas à redução do impacto ambiental que esse uso provoca.
		Uso Sustentável de Recursos: Energia (INDICADOR 43)	As empresas devem patrocinar e desenvolver programas de eficiência no uso de energia, com vistas à redução do impacto ambiental que esse uso provoca.
		Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração dos Habitats Naturais (INDICADOR 44)	As empresas devem patrocinar e Desenvolver programas de eficiência no uso e preservação da biodiversidade, com vistas a promover a redução do impacto ambiental que esse uso provoca.
		Educação e conscientização ambiental (INDICADOR 45)	As empresas devem patrocinar e implementar campanhas, projetos e programas educativos voltados para seus empregados, para a comunidade e para públicos mais amplos, de modo a difundir a consciência ambiental.

Fonte: Instituto Ethos, 2014, p. 66.

Optou-se pela escolha dos Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, tema Meio Ambiente, por conta da compatibilidade encontrada no aporte teórico disponibilizado pelo Instituto Ethos com a temática abordada nesta pesquisa, e por tratar-se de um centro de referência em organização do conhecimento, troca de experiências e desenvolvimento de ferramentas que auxiliam as empresas na análise de suas práticas de gestão e no aprofundamento do seu compromisso com a responsabilidade social e o desenvolvimento sustentável. Os próximos tópicos discutirão cada indicador do subtema sob análise. A seguir, será apresentado um esboço sobre o SGA – Sistema de Gestão Ambiental, o qual é fundamental para o acompanhamento das decisões sob a perspectiva ambiental.

2. 3. 1 Sistema de Gestão Ambiental

A Gestão Ambiental pode ser considerada uma alternativa eficaz utilizada por algumas empresas no intuito de amenizar seu impacto ambiental. Segundo Barbieri (2007), a expressão Gestão Ambiental aplica-se a uma grande variedade de iniciativas relativas a qualquer tipo de problema ambiental. Na visão de Dias (2011), diversas razões provocam as empresas no sentido de adotar métodos de Gestão Ambiental, que vão além dos interesses econômicos, podendo surgir estímulos internos e externos. Entre os estímulos internos, estão: a necessidade de reduzir custos, o incremento na qualidade do produto, a melhoria da imagem do produto e da empresa, a necessidade de inovação, o aumento da responsabilidade social e a sensibilização do pessoal interno. Entre os estímulos externos, encontram-se: a demanda do mercado, a concorrência, o poder público e a legislação ambiental, o meio sociocultural e as certificações ambientais. Adotar métodos de Gestão Ambiental significa buscar um equilíbrio entre os impactos ambientais e o meio ambiente. Para Seiffert (2014, p. 48) “a Gestão Ambiental busca a condição harmoniosa dos processos dinâmicos e interativos que ocorrem entre os diversos componentes do ambiente natural e antrópico, determinados pelo padrão de desenvolvimento almejado pela sociedade”. Para consolidar as ações de Gestão de Ambiental nas empresas pode-se implementar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que é “um conjunto de atividades administrativas e operacionais inter-relacionadas para abordar os problemas ambientais atuais ou para evitar o surgimento”, conforme Dias (2011, p. 153).

De acordo com Dias (2011), o SGA requer a definição de objetivos, formulação de diretrizes, coordenação de atividades e avaliação dos resultados, isto é, a elaboração de uma política ambiental. Ações pontuais, episódicas ou isoladas não se enquadram como SGA. A implementação do Sistema de Gestão Ambiental demanda um conjunto de fatores comuns que independem da estrutura organizacional, do tamanho e do setor de atuação da empresa, ou seja, qualquer empresa pode implementar. Para Barbieri (2007, p. 170) a Política Ambiental é definida como sendo “uma declaração da organização expondo suas intenções e princípios gerais em relação a seu desempenho ambiental global, que provê uma estrutura para ação e definição de seus objetivos e metas ambientais”. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (2012) o Princípio da Precaução:

Foi formulado pelos gregos e significa ter cuidado e estar ciente. Precaução relaciona-se com a associação respeitosa e funcional do homem com a natureza. Trata das ações antecipatórias para proteger a saúde das pessoas e dos ecossistemas. Precaução é um dos princípios que guia as atividades humanas e incorpora parte de outros conceitos como justiça, equidade, respeito, senso comum e prevenção. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2012)

Entretanto, Gestão Ambiental é o processo utilizado pelas empresas visando a atenuar os diversos tipos de poluição gerada durante o processamento de suas atividades habituais. No tópico a seguir será discutida a questão da poluição e sua prevenção.

2. 3. 2 Prevenção da Poluição

Entre os impactos ambientais mais evidentes no meio ambiente está a poluição que pode ser considerada como “qualquer acréscimo ao ar, à água, ao solo, ou ao alimento que ameace a saúde, a sobrevivência, ou as atividades de seres humanos ou outros organismos vivos” (MILLER JR., 2012, p. 10). Para Braga et al. (2005, p. 6), a poluição é definida ainda como “uma alteração indesejável nas características físicas, químicas ou biológicas da atmosfera, litosfera ou hidrosfera que cause ou possa causar prejuízo à saúde”.

Em decorrência da experiência adquirida ao longo de vários anos, passou-se a perceber que a estratégia adotada para o controle da poluição deveria ser reformulada, e, em vez de se dar ênfase à busca de soluções dos problemas de poluição, após os mesmos terem sido criados, deveriam ser adotadas estratégias que visassem a evitar que a poluição fosse gerada, eliminando a necessidade de adoção de métodos para o seu controle, bem como seria eliminada a possibilidade de ocorrência de qualquer efeito adverso aos seres humanos e ao meio ambiente. (BRAGA ET AL., 2005, p. 296)

No ponto de vista de Barbieri (2007) prevenção da poluição significa que a empresa está procurando agir sobre os produtos e processos produtivos visando prevenir a geração de poluição, na qual demanda mudanças em processos e produtos a fim de reduzir ou eliminar os sujeitos na fonte, ou seja, antes que eles sejam produzidos e lançados ao meio ambiente. Com o intuito de fazer com que as empresas poluidoras se responsabilizem pelos prejuízos causados ao meio ambiente e não recaiam somente ao governo foi criado o Princípio Poluidor-Pagador (PPP). Segundo Dias (2011), trata-se de uma das normas do direito ambiental e importante instrumento de políticas governamentais, onde torna a organização que contamina responsável pelo pagamento do prejuízo que causou. O ambiente constitucional possui leis relacionadas aos variados tipos de poluição, como a legislação da destinação adequada dos resíduos, emissão de odores, emissão de particulados e poeira, poluição sonora e visual, dentre outras. É importante que as empresas se adequem as legislações específicas do seu negócio. Utilizar os recursos de maneira sustentável sejam eles materiais, água e energia, bem como a preservação da biodiversidade e os *habitats* naturais, são preocupações ambientais básicas da prevenção da poluição. Assim, faz-se necessário o entendimento destes fatores no conteúdo da presente pesquisa, sendo abordado no tópico seguinte.

2. 3. 3 Uso Sustentável de Recursos: Materiais

Antes de se adentrar no uso sustentável dos recursos materiais é necessário entendermos o que vem a ser uma sociedade sustentável. Para Miller Jr. (2012), trata-se de um grupo que atende as necessidades atuais da população sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades. Diante da escassez dos recursos naturais e materiais é preciso que tanto a sociedade como as empresas passem a utilizar esses recursos de maneira sustentável, buscando alternativas eficientes que possam amenizar os impactos negativos e, conseqüentemente, evitar que esses recursos se tornem mais escassos e comprometa o acesso das gerações futuras. Ainda segundo Miller Jr. (2012), a reciclagem e o reaproveitamento de um maior número de recursos materiais na terra diminuem a velocidade da depleção de recursos materiais não renováveis e reduz o impacto no ambiente. É importante salientar que além da necessidade de se utilizar os recursos materiais que maneira sustentável, é preciso urgentemente se buscar meios de preservar o bem mais precioso da humanidade, que é a água.

2. 3. 4 Uso Sustentável de Recursos: Água

Água é um recurso essencial pois “nos mantém vivos, controla o clima, esculpe a terra, remove e dilui resíduos e poluentes, e é reciclada pelo ciclo hidrológico”, afirma Miller Jr. (2012, p. 266). Considera-se como o mais importante dos recursos naturais e o mais abundante. Vale lembrar que se trata de um recurso limitado e as fontes de água doce já apresentam sinais de escassez, o chamado estresse hídrico, em que as principais causas são as mudanças climáticas e o uso desordenado de reservas seguras. Como é possível ver, a água é denominada como um recurso natural esgotável, isto é, limitado, corre o risco de se esgotar. Assim, faz-se necessário que urgentemente sejam buscados meios de conscientização e preservação do mesmo, caso contrário, as gerações futuras enfrentarão a escassez. No campo empresarial, há o direito relacionado à retirada de recursos hídricos, denominada Outorga, que “é o ato que concede ao empreendedor o direito de utilizar um volume específico de água em seu processo produtivo, considerando-se sua origem, seja ela subterrânea ou fonte superficial” (SEIFFERT, 2014, p. 136). Deste modo, as empresas, principais responsáveis pelo esgotamento, devem estar preparadas para dar respostas positivas a esse dilema, buscando alternativas sustentáveis de utilização da água, tanto em seus processos produtivos como na sua manutenção diária.

2. 3. 5 Uso Sustentável de Recursos: Energia

A humanidade cada vez mais depende da energia elétrica para processar suas atividades, podendo levá-la a crises e situações irreparáveis, caso não se utilize de maneira sustentável. Ao contribuirmos para a redução do consumo de energia elétrica, de certa forma, estaremos cooperando para a redução dos impactos ambientais causados pelas atividades na preparação e produção de energia elétrica. Nota-se quão importante é este recurso para a sociedade em geral e quão impactante ao meio ambiente são suas atividades de preparação e produção. Entretanto, é imprescindível também, a busca por fontes sustentáveis de energia. As atividades atreladas à preparação da energia elétrica podem causar grandes impactos negativos a biodiversidade e a seus *habitats* naturais.

2. 3. 6 Uso Sustentável da Biodiversidade e Restauração dos Habitats Naturais

Assim como os recursos vêm sendo ameaçados pelo seu uso desenfreado, a biodiversidade encontra-se ameaçada pelos impactos nocivos causados ao meio ambiente. Um conceito de biodiversidade é trazido por Silva (2014, p. 18), para quem

biodiversidade é a variabilidade genética das espécies de uma determinada população, comunidade, bioma, ecossistema e também do planeta. Portanto, engloba variedade de bactérias, fungos, cianobactérias, vegetais e animais, incluindo o homem.

Por meio da gestão da biodiversidade é possível reduzir os impactos negativos. A gestão da biodiversidade “está relacionada ao gerenciamento dos recursos ambientais de forma a garantir às futuras gerações acesso aos serviços ecológicos, referentes não só a alimentos e produtos medicinais, mas também a um meio ambiente equilibrado e sadio.” (SILVA, 2014, p. 84). Deste modo, o estado do Piauí pertence ao bioma da Caatinga, representada pelas suas florestas semiáridas. A introdução da educação e conscientização ambiental no cotidiano social conduz às mudanças comportamentais das pessoas em relação ao uso dos recursos (material/natural) e ao cuidado com a biodiversidade, trazendo melhorias ao meio ambiente.

2. 3. 7 Educação e Conscientização Ambiental

Educação Ambiental é um instrumento de política pública que visa a conscientizar o ser humano a viver de forma harmoniosa com o meio ambiente. Para Barbieri (2007), a Educação

Ambiental tem a meta de desenvolver uma população mundial consciente e preocupada com o meio ambiente, de modo a atuar individual ou coletivamente na busca por soluções para os problemas da atualidade e que previnam novos problemas. Na visão de Lima (2015), a Educação Ambiental emerge com o propósito de responder a um conjunto de dilemas e adversidades nas relações entre sociedade, educação e meio ambiente. Em Philippi Jr. e Pelicioni (2014), pode-se dizer ainda que o intuito da Educação Ambiental é tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos, em consequência da formação e preparação dos cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva, ou transformadora do sistema, colocando-se em posição contrária ao sistema capitalista, no qual prevalece o lucro, a competição, o egoísmo, sendo que os valores éticos, de justiça social e de solidariedade não são levados em consideração, posicionamento este que foge da concepção adotada pela Educação Ambiental. É importante salientar que as empresas com sua parcela de culpa na degradação do meio ambiente possuem papel importante no processo de educação e consciência ambiental. Neste sentido, Seiffert (2014, p. 269) afirma que “a Educação Ambiental deve ser considerada como um instrumento de Gestão Ambiental para a materialização da visão do desenvolvimento sustentável”.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A empresa objeto do presente estudo foi escolhida em razão de sua direta intervenção na captação, tratamento e distribuição da água, além de atuar no esgotamento sanitário, sendo consideradas atividades intimamente ligadas às questões ambientais. O seu objetivo principal é executar a política de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Piauí, tendo como missão promover ações de saneamento básico como fator de desenvolvimento e bem-estar social, com excelência em serviços e como visão ser referência nacional em saneamento básico. Em relação à abordagem, a pesquisa foi desenvolvida sob a ótica qualitativa. A pesquisa, de cunho qualitativo, tem o propósito de descrever fenômenos de forma ampla, buscando registrá-los como são, em sua essência, sem se fechar a elementos que poderiam distorcer a sua dinâmica. Conforme Martins e Theóphilo (2009), a utilização desta abordagem é cada vez mais frequente, por caracterizar-se pela descrição, compreensão e interpretação detalhada de fatos e fenômenos. Como se trata de uma pesquisa fundada em uma entrevista a partir de referências teóricas, a análise e a interpretação dos dados impõem aos pesquisadores cautela redobrada para transcrever e traduzir os sentimentos do depoente, razão pela qual a abordagem qualitativa se torna o ponto de partida para tal propósito.

Visando ao alcance dos objetivos propostos, esta pesquisa se enquadra como descritiva. As pesquisas descritivas têm como principal objetivo “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2009, p. 42). Sob esta perspectiva, busca-se no presente trabalho a descrição de quais indicadores do Instituto Ethos são de fato utilizados pela AGESPISA e quais entraves podem supostamente impedir a observância àqueles indicadores. No tocante à técnica utilizada, o presente estudo enquadra-se como Estudo de Caso. Para Yin (2015), a realização desta técnica é considerada como um dos empreendimentos mais desafiadores das Ciências Sociais. Deste modo, é imprescindível que seja feita, inicialmente, uma revisão minuciosa da literatura e o posicionamento cuidadoso e atento das questões ou objetivos da pesquisa.

Na concepção de Martins e Theóphilo (2009), o sucesso de um Estudo de Caso dependerá, em grande parte, da perseverança, criatividade e raciocínio crítico do investigador ao descrever e interpretar, por meio de explicações originais que venham possibilitar a extração cautelosa das conclusões e recomendações. Uma vez que a fonte principal dos dados para dar sustentação à pesquisa é um gestor da empresa sob investigação, o Estudo de Caso se torna a técnica ideal para o atingimento dos objetivos aqui propostos. Para realização desta pesquisa foram aplicados dois instrumentos como meios para a coleta de dados: o

questionário e a entrevista. O questionário de modo geral, “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 184). Na pesquisa adotou-se o questionário com perguntas fechadas, no qual o informante teve como opções de resposta SIM, NÃO ou N/A (não se aplica). A entrevista foi adotada nesta pesquisa com intuito de ampliar a compreensão das respostas obtidas no questionário aplicado. A análise e interpretação dos dados foi realizada com o apoio da Análise de Conteúdo que “é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação” (BERELSON, 1952, APUD BARDIN, 2011, p. 24), ou seja, esta técnica é utilizada para aferir, interpretar e descrever como pensa o entrevistado.

4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com o objetivo de permitir uma análise confiável e válida e uma interpretação dos dados substantiva e, ainda, no intuito de contribuir para a compreensão sobre o atendimento ou não dos requisitos necessários para designar a empresa objeto da presente pesquisa de RSE/Sustentável, são apresentados as Tabelas 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 que, respectivamente, representam os indicadores 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45 do Instituto Ethos. De acordo o Instituto Ethos, cada indicador é composto por três tipos de questões, as de profundidade (estágios) - Representados por cinco Tabelas contíguas, que apresentam a evolução de práticas em cada indicador; questões binárias – Perguntas com respostas “SIM”, “NÃO” ou “N/A” que orientam com clareza a escolha do estágio, dentre essas questões apenas uma (questão 41.1.1) possui a opção de N/A (não se aplica), porém, nesta pesquisa a opção foi estendida também para as questões 41.4.2, 42.4.2 e 43.4.2, em razão da não compatibilidade coma a atividade fim da empresa em estudo; e as questões quantitativas. Sendo as de profundidade e as binárias obrigatórias para a elaboração do diagnóstico. As questões quantitativas são opcionais e podem ser preenchidas em paralelo às perguntas qualitativas, sem influenciar na geração do diagnóstico.

A partir da tabulação das respostas binárias e da interpretação do depoimento do sujeito da pesquisa, recorrer-se-á à análise comparativa de cada estágio sob a perspectiva no respectivo indicador. A entrevista transcorreu de maneira natural, sem percalços ou açodamento, foi realizada com aquiescência e gentileza do entrevistado, e não houve, por parte dos pesquisadores, qualquer influência, gestos, indicações de apreço ou desagrado, instantes de instabilidade ou qualquer conduta que pudesse interferir na resposta do depoente. A partir da análise das respostas (SIM; NÃO; NÃO SE APLICA) concedidas pelo sujeito da pesquisa é possível desenvolver e aprofundar a interpretação dos dados, sempre tomando como referência as recomendações e/ou designações de cada estágio, dentro de cada indicador pesquisado. Neste sentido, a tabulação foi construída a partir do cruzamento das respostas (sim; não; não se aplica) dadas com o enquadramento de cada questão, em seu respectivo estágio, dentro de cada indicador, o qual trata do subtema específico. A indicação sobre o engajamento da empresa nas questões RSE/Sustentável foi obtida a partir da aplicação do nível da unidade percentual que cada estágio representa no conjunto das questões respondidas SIM do indicador sob mensuração.

Tabela 3 – Sistema de Gestão Ambiental (INDICADOR 39) – Instituto Ethos

INDICADOR 39			
Estágio	Respostas SIM	Respostas NÃO	Respostas N/A
1	39.1.1 - 39.1.2 - 39.1.3	—	—

2	39.2.1 - 39.2.2 - 39.2.3	—	—
3	39.3.1 -- 39.3.3	39.3.2 - 39.3.4	—
4	39.4.1 - 39.4.2 - 39.4.5	39.4.3 - 39.4.4 - 39.4.6	—
5	—	39.5.1 - 39.5.2 - 39.5.3 - 39.5.4	—

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observando a Tabela 3, constata-se que a empresa procura cumprir a legislação ambiental e direciona seus empregados em relação aos impactos negativos específicos de sua atividade, como também adota medidas corretivas. A empresa participa ativamente de iniciativas ambientais, buscando parcerias com o Poder Público, por exemplo, com a SEMAR (Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos), com a qual desenvolve programas em conjunto, além de tentar adequar-se rapidamente aos novos acordos e regras ambientais. A empresa também capacita seus funcionários no que tange os impactos ambientais por meio de seminários anuais. Por outro lado, a empresa não possui uma política ambiental própria que visa a mapear e reduzir os impactos negativos, pelo fato de buscar seguir somente a legislação ambiental, por uma questão de gestão, na qual não se elegem prioridades, visto que a preocupação dos gestores, conforme assegura o entrevistado, é resolver somente os problemas relacionados a água e esgoto, que é a atividade-fim da empresa. Vê-se que as outras questões ambientais são sempre deixadas de lado, tornando a área de meio ambiente inoperante neste sentido, muito possivelmente pela falta de autonomia.

Tabela 4 – Prevenção da Poluição (INDICADOR 40) – Instituto Ethos

INDICADOR 40			
Estágio	Respostas SIM	Respostas NÃO	Respostas N/A
1	40.1.1 - 40.1.2 - 40.1.3 - 40.1.4	—	—
2	40.2.1 - 40.2.2	40.2.3	—
3	40.3.2 - 40.3.3 - 40.3.4 - 40.3.5	40.3.1	—
4	40.4.2	40.4.1 - 40.4.3	—
5	—	40.5.1 - 40.5.2	—

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Analisando a Tabela 4, identifica-se que a empresa cumpre a legislação de destinação adequada dos resíduos, incluindo os resíduos perigosos, buscando adotar medidas para atender a legislação vigente; cumpre também a legislação referente à poluição sonora e visual e à emissão de particulados e poeira. A empresa adota práticas iniciais de prevenção à poluição com foco nos 3 Rs (reduzir, reutilizar e reciclar), realizando campanhas internas visando a capacitar seus funcionários, porém, não possui um canal de comunicação informal para a comunidade com relação a questões de ruídos, poeira, odores e outros. Percebe-se que a empresa implementa a política de conduta ambiental que assegura requisitos relacionados ao tema em sua operação; é comprometida com o controle da poluição; adota tecnologias focadas na eficiência, por meio de adequações em suas instalações e operações. No entanto, a empresa não realiza investimentos no desenvolvimento de tecnologias de produção mais limpa, e consequentemente, não incentiva sua cadeia de fornecedores a participar da prevenção à poluição, bem como do processo de implementação da produção mais limpa, uma vez que até

o momento esse quesito não foi tido como prioridade pela empresa. Deste modo, a empresa não é reconhecida por sua excelência em prevenção da poluição e produção mais limpa, já que suas ações se voltam principalmente para o cumprimento das legislações.

Tabela 5 – Uso Sustentável de Recursos: Materiais (INDICADOR 41) – Instituto Ethos

INDICADOR 41			
Estágio	Respostas SIM	Respostas NÃO	Respostas N/A
1	41.1.1 - 41.1.2	41.1.3	—
2	41.2.1 - 41.2.2	—	—
3	—	41.3.1- 41.3.2 - 41.3.3	—
4	41.4.1 - 41.4.3	—	41.4.2
5	41.5.1	41.5.2 - 41.5.3 - 41.5.4	—

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Fazendo a análise da Tabela 5, nota-se que a empresa realiza iniciativas pontuais com vista à redução do uso de materiais; busca atender à legislação de destinação adequada de resíduos. Já tratando da compra somente de insumos e produtos legais, não há implementação. Adota práticas de redução do uso de materiais, promovendo campanhas com seus empregados e realiza coleta seletiva em algumas unidades ou áreas da empresa. Porém, a empresa não possui um processo contínuo de monitoramento tanto do consumo como da geração de resíduos em suas operações, já que não há indicadores e planos de ação formalizados, sendo adotadas apenas ações esporádicas. Tem investido no desenvolvimento de novas tecnologias com foco em melhorias ambientais de suas operações; em relação ao uso do plano de redução de materiais como referência para o desenvolvimento ou reformulação de novos produtos não se aplica à empresa por não ser compatível com sua atividade-fim; promove a revenda de resíduos para terceiros, como é o caso do óleo de cozinha, o qual a AGESPISA compra dos usuários, faz o pré-tratamento e revende.

Tabela 6 – Uso Sustentável de Recursos: Água (INDICADOR 42) – Instituto Ethos

INDICADOR 42			
Estágio	Respostas SIM	Respostas NÃO	Respostas N/A
1	42.1.1 - 42.1.2 - 41.1.3	—	—
2	42.2.1 - 42.2.2	—	—
3	42.3.2	42.3.1 - 42.3.3	—
4	42.4.3	42.4.1 - 42.4.4	42.4.2
5	—	42.5.1 - 42.5.2 - 42.5.3 - 42.5.4	—

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observando a Tabela 6, identifica-se que a empresa busca iniciativas pontuais para a redução do consumo de água, respeita os limites de retirada estabelecidos pela legislação e outorgas, além de cumprir os requisitos legais para a destinação adequada dos efluentes. Adota a prática da redução do consumo de água, por meio de campanhas com seus empregados para identificar oportunidades de redução e realiza ações pontuais em algumas

unidades/áreas da empresa. Em contrapartida, a empresa não possui um processo de monitoramento contínuo do seu consumo de água que visa a sua redução; já no que diz respeito à geração de efluentes, possui indicadores de monitoramento contínuo, no entanto, não tem planos de ação formalizados para reduzir o consumo de água e a geração de efluentes. A empresa também não tem investido no desenvolvimento de novas tecnologias com foco na redução do consumo de água dentro da empresa, porém, quando se trata da sua atividade-fim, há investimento; no que se refere ao plano de redução do consumo de água como referência para desenvolvimento ou reformulação de produtos, remuneração de empregados, prestação de contas, isto não é aplicado; é realizado monitoramento do consumo de água e as análises de redução de custos operacionais, no entanto, não se realizam investimentos para o reúso de água e captação de água da chuva para serem utilizados em seus processos.

Tabela 7 – Uso Sustentável de Recursos: Energia (INDICADOR 43) – Instituto Ethos

INDICADOR 43			
Estágio	Respostas SIM	Respostas NÃO	Respostas N/A
1	43.1.1 - 43.1.2	—	—
2	43.2.1 - 43.2.2	—	—
3	43.3.1- 43.3.2 - 43.3.3 - 43.3.4	—	—
4	43.4.1 - 43.4.4	43.4.3 - 43.4.5	43.4.2
5	43.5.1	43.5.2 - 43.5.3 - 43.5.4	—

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Analisando a Tabela 7, identifica-se que a empresa busca iniciativas constantes visando a reduzir o consumo de energia e cumpre a legislação vigente para o controle das emissões atmosféricas. Adota a prática de redução do consumo de energia; promove campanhas com os empregados, bem como implementa ações pontuais em unidade/áreas da organização com objetivo de reconhecer oportunidades de redução do consumo de energia. Também se percebe que a empresa possui planos de ação formalizados para reduzir o consumo e realiza um monitoramento contínuo do consumo de energia direta e indireta via *web* por meio de um programa específico. Outro fato identificado é que a empresa investe em novos padrões tecnológicos, mas com foco somente na redução do consumo de energia, e não se estende ao uso de novas fontes de energias renováveis e limpas; em relação ao uso do seu plano de ação de redução de energia como referência para desenvolvimento ou reformulação de produtos, remuneração e prestação de contas, não se aplica à empresa, face ao ramo de atividade; são realizadas análises com vistas para a redução dos custos operacionais; não busca identificar oportunidade economicamente viáveis para a compra de resíduos ou subproduto para utilizá-los como fontes de energia, em outras palavras a empresa não utiliza outras fontes de energia a não ser a convencional, suas ações estão focadas apenas na redução do consumo, e isso porque se trata da principal matéria-prima da empresa.

Tabela 8 – Uso Sustentável da Biodiversidade: (INDICADOR 44) – Instituto Ethos

INDICADOR 44			
Estágio	Respostas SIM	Respostas NÃO	Respostas N/A
1	44.1.1 - 44.1.2 - 44.1.3	—	—

2	44.2.1 - 44.2.2 - 44.2.3	—	—
3	44.3.2	44.3.1 - 44.3.3	—
4	—	44.4.1 - 44.4.2 - 44.4.3 - 44.4.4 - 44.4.5	—
5	—	44.5.1 - 44.5.2 - 44.5.3	—

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

A Tabela 8 indica que a empresa cumpre a legislação referente à proteção da biodiversidade e dos *habitats* naturais em terras próprias, arrendadas e por ela administradas, como por exemplo, as lagoas pertencentes à empresa em que são feitas as áreas verdes; atende também às condicionantes estabelecidas por ocasião da concessão de licenças ambientais, já que são realizadas grandes obras de engenharia, sendo necessário o licenciamento. A empresa possui um mapeamento das atividades que realizam nas terras próprias, arrendadas e outras que estejam em áreas de alto índice de biodiversidade e busca implementar ações que visam à redução dos impactos negativos, da degradação do solo e dos *habitats* naturais. Vê-se que a empresa não possui um compromisso formal e nem realiza a avaliação dos significativos impactos negativos que suas atividades podem causar à biodiversidade; participa constantemente de fóruns/encontros relacionados ao tema; não divulga e nem possui metas para reduzir os impactos negativos. A empresa não possui planos estratégicos de gestão da biodiversidade com foco na reestruturação e conservação dos *habitats* naturais críticos; não divulga suas metas e medidas que adotará com vistas à minimização dos impactos negativos e, conseqüentemente, dos danos, já que tais metas não foram estabelecidas; também não busca incentivar sua cadeia de suprimento a orientar a gestão dos recursos naturais.

Tabela 9 – Educação e Conscientização Ambiental (INDICADOR 45) – Instituto Ethos

INDICADOR 45			
Estágio	Respostas SIM	Respostas NÃO	Respostas N/A
1	45.1.1 - 45.1.2 - 45.1.3	—	—
2	45.2.1	45.2.2	—
3	45.3.2	45.3.1 - 45.3.3	—
4	45.4.1 - 45.4.2	—	—
5	45.5.1 - 45.5.2 - 45.5.3 - 45.5.4	—	—

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Aferindo a Tabela 9, verifica-se que a empresa desenvolve ações de Educação Ambiental e conscientização dos empregados sobre essa temática, de forma esporádica ou em decorrência de pressão externa, bem como realiza eventos pontuais para promover a educação e a conscientização ambiental. Promove também treinamentos aos empregados sobre Educação Ambiental, buscando maior engajamento e conscientização ambiental do público interno, entretanto, não possui um programa contínuo de capacitação dos empregados a respeito do tema. Como não há um trabalho contínuo nesse sentido aos empregados, a empresa não elabora nem divulga um programa anual de Educação Ambiental, mas quando oportuno aborda de forma transversal o tema em seus demais treinamentos e atividades, no intuito de gerar uma mudança na cultura da organização. Já no tocante ao público externo, existem programas contínuos, em função da atividade-fim da empresa.

Tabela 10 – Percentuais de respostas SIM, NÃO e N/A

INDICADOR	NÚMERO DE QUESTÕES	% DE RESPOSTAS “SIM”	% DE RESPOSTAS “NÃO”	% DE RESPOSTAS “N/A”
39	20	55%	45%	—
40	17	64.7%	35.3%	—
41	15	46.7%	46.7%	6.6%
42	16	43.75%	50%	6.25%
43	17	64.7%	29.4%	5.9%
44	17	41.2%	58.8%	—
45	14	78.6%	21.4%	—

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Por fim, a Tabela 10 permite a percepção de que os indicadores do Instituto Ethos não são atendidos massivamente pela organização, o que pode significar que a empresa não tem desenvolvido medidas de caráter preventivo, podendo ser um fator preocupante, uma vez que sua atividade possui características peculiares que intervêm não apenas com o meio ambiente, mas com a saúde e a segurança da população em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou apontar quais indicadores Ethos são de fato implementados pela AGESPISA, desvelar as dificuldades para implementação dos indicadores supostamente não atendidos, e descrever que características decisórias estão alinhadas aos indicadores utilizados. A pesquisa toma por base os indicadores do Instituto Ethos para negócios sustentáveis e responsáveis, tendo como foco os indicadores da dimensão ambiental, tema meio ambiente, subtema gestão e monitoramento dos impactos sobre os serviços ecossistêmicos e a biodiversidade. O subtema investigado possui sete indicadores, denominados: Sistema de Gestão Ambiental (39); prevenção da poluição (40); uso sustentável de recursos: materiais (41); uso sustentável de recursos: água (42); uso sustentável de recursos: energia (43); uso sustentável da biodiversidade e restauração dos *habitats* naturais (44); educação e conscientização ambiental (45). Cada indicador apresenta cinco estágios de evolução. Em linhas gerais, infere-se que a utilização dos indicadores Ethos na AGESPISA ocorre de maneira incompleta, enquadrando-se apenas em alguns estágios pertinentes aos indicadores, isto é, a empresa ainda não detém o domínio pleno de suas ações e atividades no tocante aos possíveis danos socioambientais resultantes de sua atividade. Significa que a empresa, uma vez detentora do monopólio dos serviços de água e esgoto no Piauí, tem o compromisso de rever suas estratégias e buscar se adequar à nova realidade, que exige das organizações uma ação mais efetiva em termos de responsabilidade social e ambiental. Diante disto, no que se refere aos indicadores Ethos de fato implementados pela AGESPISA, constata-se que tais indicadores não são efetivamente implementados na empresa, já que em cada um dos indicadores em questão há critérios que não são devidamente atendidos, em termos gerenciais.

Entretanto, identifica-se que as dificuldades da não utilização plena dos indicadores voltados aos impactos ambientais decorrente de sua atividade, concentram-se em três fatores. Primeiro, pelo fato de não se eleger como prioridade essas questões, impedindo a elaboração de uma política ambiental clara. Segundo, pela falta de comunicação entre os setores da empresa, em que o gestor da área de meio ambiente não detém o controle das ações realizadas nas demais áreas. E o terceiro, talvez até o causador dos fatores anteriores, é o fato da instabilidade administrativa que a empresa vem enfrentando no momento. Como não há uma plena utilização dos indicadores, conseqüentemente, não haverá um alinhamento com suas características decisórias, uma vez que foge da realidade da empresa, ou seja, a empresa

atualmente não possui uma estrutura direcionada às questões ambientais que sejam alinhadas ao seu processo de tomada de decisão. Pelo exposto, nota-se que tal postura é preocupante e vem ao encontro do que já foi mencionado quanto às atitudes das empresas que detêm o monopólio da atividade, sugerindo que as demais ações possuem menos relevância no contexto da produção industrial da AGESPISA. Essa postura pode ser justificada também pelo atual momento de instabilidade administrativa enfrentado pela empresa, momento de transição público-privado, o qual vem tentando apenas sobreviver, buscar a sua identidade.

Deste modo, tem-se que o presente estudo apresenta contribuições no sentido de evidenciar e trazer à discussão a realidade da prestadora do serviço de saneamento básico do Piauí em relação a responsabilidade social e ambiental, discussões essas que causam uma reflexão que pode gerar possíveis melhorias. Ademais, por ser uma instituição que detém o monopólio da atividade de saneamento básico no estado, é relevante consignar que a observância aos indicadores que atestam que a gestão corporativa, em termos socioambientais, está alinhada com as demandas de uma sociedade cada vez mais vigilante, questionadora e cidadã, embora sendo uma tarefa complexa, é essencial para o fortalecimento da transparência, da criação de laços duradouros e da aproximação entre ente público e comunidade, condição esta que no caso brasileiro parece ainda merecer uma maior atenção, haja vista o descompasso entre o que pensam e precisam os usuários e o que de fato realizam algumas das instituições públicas. Sugere-se que estudos futuros sejam realizados, após o momento de instabilidade enfrentado pela empresa e que novas pesquisas sob esta temática sejam desenvolvidas no intuito de avaliar seu possível avanço frente às questões ambientais e se efetivamente a empresa adequa a sua atividade aos Indicadores Ethos, considerando ser esta uma instituição de referência no país no tocante às questões socioambientais.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José C. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2. ed. atual e ampliada. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA, Benedito; HESPANHOL, Ivanildo; CONEJO, João G. L.; MIERZWA, José C.; BARROS, Mário T. L.; SPENCER, Milton; PORTO, Mônica; NUCCI, Nelson; JULIANO, Neusa; EIGER, Sérgio. **Introdução à Engenharia Ambiental: o desafio do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO ETHOS. **Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis**. Coord. Ana Lucia de Melo Custodio e Tiago Cocco Liberatori. São Paulo: Arte Texto Publicações, 2014.

LIMA, Gustavo F. da C. **Educação Ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2015.

MADEIRA, Rodrigo F. O setor de saneamento básico no Brasil e as implicações do marco regulatório para a universalização do acesso. **Revista do BNDES**, n. 33, jun. 2010. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/4782/1/RB%2033%20O%20setor%20de%20saneamento%20b%20c%20a%20sico%20no%20Brasil_P.pdf>. Acesso em ago. 2019.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, Gilberto A.; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MILLER JUNIOR, G. T. **Ciência ambiental**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. Programa de Modernização do Setor Saneamento (PMSS). **Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos**. Conceitos, características e interfaces dos serviços públicos de saneamento básico. v. 2. Brasília: Editora, 2009.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Resoluções CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente**, 1986. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 24 abr. 2018.

_____. **Princípio da precaução**, 2012. Disponível em <http://www.mma.gov.br/component/k2/item/7512-princ%C3%ADpio-da-precau%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 01 maio 2018.

PHILIPPI JR. Arlindo. PELICIONI, Maria Cecília F. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2014.

SAKER, João P. P. **Saneamento básico e desenvolvimento**. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). 138 f. Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007.

SEIFFERT, Mari E. B. **Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SILVA, Cezar. **Gestão da biodiversidade: os desafios do século XXI**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

SILVA FILHO, José C. L.; ABREU, Mônica C. S.; FERNANDES, Rosana M. C. Análise da gestão ambiental nas companhias estaduais de saneamento básico. **Alcance Eletrônica**, v. 15, n. 3, p. 322 – 342, set/dez, 2008.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZULAUF, Werner E. O meio ambiente e o futuro. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 39, p. 85-100, ago. 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142000000200009>